

**RACIONALIDADE RETÓRICA,
UMA LINGUAGEM FILOSÓFICO-HERMENÊUTICA EM
ARISTÓTELES**

Luiz Rohden
UNISINOS — RS

**“Vejo que na vida dos homens
é a *palavra*, e não
a ação que conduz tudo”¹.**

Resumo: Nosso objetivo consistirá em apontar os limites da racionalidade moderna. No primeiro momento, caracterizaremos a racionalidade moderna e contemporânea. Em seguida, apresentaremos a concepção aristotélica sobre a racionalidade enfatizando, finalmente, a racionalidade retórica como o outro “aspecto” da hermenêutica. Nossa intenção é a explicitação de uma racionalidade capaz de compreender o ser humano como um ser imanente e transcendente ao mundo.

Palavras-chave: Racionalidade Lógico-matemático-analítico, Racionalidade dialético-retórica, Verossímil, Hermenêutica

Abstract: Our aim consists in amplifying the horizons of modern rationality. First, the modern and contemporary rationality will be characterized. Next, the Aristotelian conception about rationality will be presented emphasizing, eventually the rhetorical rationality as another aspect of hermeneutic. Our intention is the explicitation of a rationality that is able to comprehend the human being as an immanent and transcendent being to the world.

Key words: Logical-mathematical-analytical Rationality, Dialectical-rethorical Rationality, Probable, Hermeneutic

¹ SÓFOCLES, Filoctetes, ap. JULES SENER, *A Arte Retórica*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 7.

Do tempo em que a filosofia era serva da teologia aquela passou ao tempo em que o homem foi servo dela, agora preparamos o momento em que ela será amiga (*philos*) do homem.

I. Características da racionalidade moderna e contemporânea: de Descartes a Perelman

Um grande número de filósofos, desde os tempos de Descartes e Leibniz, julgou que, para uma racionalidade fazer sentido e se desenvolver conforme sua própria natureza, deveria construir uma linguagem onde os sinais e regras pudessem ser usadas prescindindo de qualquer referência a objetos ou fatos e cujo modo de configurar-se resultasse formalmente correto.

Descartes quis construir uma filosofia segura e inabalável afirmando: “*será útil considerar falsas inclusive as coisas que são apenas verossímeis*”². Desse modo, a ciência racional descartou o mundo das opiniões, das verossimilhanças de seu sistema no qual somente as proposições necessárias que se impõem a todos os seres racionais e sobre as quais há um acordo inevitável³.

Contudo, Descartes, ao invés de construir um sistema moral racional, universalmente válido, elaborou apenas uma “*morale provisoire*” e se contentou em incitar o respeito escrupuloso às regras e opiniões dominantes. Ora, rejeitando toda opinião, toda troca de opiniões e todo recurso à dialética e retórica, conduziu a moral, a religião e a política ao imobilismo e conformismo. Os problemas relativos à ação foram ou reduzidos a problemas de conhecimento (verdade-falsidade, simples fatos) ou considerados como não relevantes à razão.

Espinoza pôs em prática o projeto cartesiano de uma filosofia “*more geometrico*” procedendo de evidência em evidência, não dei-

² RENÉ DESCARTES, *Principi di Filosofia*, 1, 2. ap. ARMANDO PLEBE, PIETRO EMANUELE, *Manual de Retórica*, São Paulo: Martins Fontes, 1992, 26. Embora no *Discurso sobre o Método*, cap. 3, apresente outra visão: “como freqüentemente as ações da vida não admitem temporizações, então, quando não nos é possível discernir as opiniões mais verdadeiras, devemos seguir as mais verossímeis”, foi a outra que predominou na História da Filosofia.

³ C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *La Nueva Retórica. Suplementos del Seminario de problemas científicos y filosóficos*. México: Universidad Nacional de Mexico, Segunda Série, n. 20 (1959): 411-412.

xando lugar a nenhuma opinião controvertida. Ambicionava elaborar uma ciência onde todas as teses seriam evidentes. Conseqüentemente, eliminou de seu projeto filosófico toda forma de argumentação retórica.

Kant possuía pouca estima pela retórica. Confessou que uma bela poesia lhe causava grande prazer, mas o discurso do orador vinha acompanhado de um “*desagradável sentimento de desaprovação. A arte oratória, enquanto arte de servir-se da fraqueza humana para seus próprios fins, não merece estima alguma*”. Condenou na retórica o uso da persuasão (*Überredung*) em função da sugestão. Recomendou que fosse tratada como uma sub-espécie de razão⁴.

Em tempos mais recentes, G. Frege, B. Russel, L. Wittgenstein, R. Carnap e outros sustentaram a possibilidade de se elaborar uma linguagem filosófica sem referência aos fatos, formalmente correta, capaz de solucionar racionalmente os problemas que normalmente são causa de disputa e desentendimentos entre os filósofos. A proposta desses filósofos pode ser resumida como “logicismo” que se inspirou na matemática como modelo de raciocínio para resolver seus problemas.

A lógica formal moderna se constitui em estudo dos meios demonstrativos empregados pelos matemáticos⁵. Resulta disso um limite em seu domínio, pois o que ignoram os matemáticos é estranho à lógica formal. Isso seria correto se as operações pudessem ser reduzidas a um esquema pré-estabelecido.

Os lógicos, conforme Chaim Perelman, deveriam completar sua teoria da demonstração com uma teoria da argumentação retórica. A lógica moderna que se desenvolveu desde o século XIX, influenciada por Kant e pelos lógicos matemáticos, identificou a lógica não com a dialética, mas com os raciocínios analíticos de Aristóteles, negligenciando os dialético-retóricos. A racionalidade moderna caracterizou-a como um inútil palavreado uma vez que assumiu a ciência como “*único parâmetro com a qual pode medir a validade dos discursos*”⁶.

⁴ IMANNUEL KANT, *Crítica del giudizio*, par. 53 e 90, ap. A. PLEBE, P. EMANUELE, *op. cit.*, 110-111.

⁵ “En fait, le développement de la logique moderne date du moment où, pour étudier les procédés de raisonnement, les logiciens se sont mis à analyser la façon de raisonner des mathématiciens; c’est d’une analyse des raisonnements utilisés dans les sciences formelles, les sciences mathématiques, que résulte la conception actuelle de la logique; ce qui implique que toute argumentation qui n’est pas utilisée en sciences mathématiques n’apparaît pas non plus en logique formelle”. C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *R. P.*, 8.

⁶ ENRICO BERTI, *Le ragioni di Aristotele*, Roma: Laterza, 1989, 180.

Tanto o discurso metódico e unilateral cartesiano como o rigorismo anti-retórico platônico podem ser comparados à ingenuidade de quem crê que o progresso científico pode ser produzido por computadores que, a princípio, nunca erram. Contudo, memorizar o que é verdadeiro e falso não basta para produzir a inventividade da descoberta. Não deveríamos pensar um “terceiro” pólo além do verdadeiro e do falso? Ou quem sabe não precisamos compreender uma inter-relação entre Sujeito e Objeto, entre Verdade e Verossimilhança como propõe a racionalidade hermenêutica atualmente?

Um bom número de filósofos percebeu que a tentativa de elaborar uma filosofia como um sistema “perfeito” de sinais estava destinada a permanecer sem efeito. Criticou-se o alcance da lógica formal, percebeu-se a necessidade de repensar a filosofia de modo mais amplo, como Aristóteles já o fizera. A tentativa de conferir à linguagem uma estrutura rigorosamente dedutiva entrou em choque com a racionalidade que procura “dar conta” da compreensão e explicitação do agir humano⁷.

Karl Popper, por exemplo, advertia que o ato de conceber e inventar uma teoria não era susceptível de nenhuma análise lógica. Fez isso quando o neopositivismo vienense queria impor a toda a ciência a análise lógica como embasamento da filosofia, a qual se limitava apenas a distinguir o verdadeiro do falso⁸. Na *Lógica da Descoberta Científica*, Popper ligou os procedimentos da descoberta científica mais à lógica do verossímil do que à lógica da verdade. Nessa mesma obra, Popper propôs a supressão da garantia que Deus dá à evidência científica. O pensamento, para ele, é concebido de modo humano falível. A teoria científica não é mais que uma simples hipótese humana, não podendo ser tomada como evidente nem infalível. Não havendo uma evidência que se imponha a todos, a hipótese deve ser apoiada por boas razões, reconhecidas e aceitas como tais pelos membros de uma comunidade científica. O estatuto do conhecimen-

⁷ RENATO BARILLI, *Retórica*, Lisboa: Presença, 1985, 135.

⁸ A. PLEBE, P. EMANUELE, *op. cit.*, 27. “Nesse sentido é exemplar o itinerário teórico percorrido pelo maior expoente atual do ceticismo epistemológico, Paul Feyerabend, nesta última década. Em seu célebre livro, que constitui a pedra de toque do escândalo dos anos 70, *Contra o método* (1975), Feyerabend pusera sob acusação todo edifício das ciências, diagnosticando não só a inutilidade do método científico, mas até mesmo sua nocividade”. Mais tarde, reconheceu sua crítica exagerada e trabalhou um pensamento mais “relativo”, afirmando que “o conhecimento não é um processo que converge para um ponto de vista ideal; é um oceano de alternativas em crescimento contínuo, cada uma forçando as outras a adquirir, através desse processo competitivo, novas articulações com o desenvolvimento das nossas faculdades mentais”. P. K. FEYERABEND, *Realism, Rationalism and Scientific Method*. Cambridge, 1981, 178, ap. *Ibidem*, 100-101.

to deixa de ser impessoal, pois “*todo pensamento científico torna-se um pensamento humano, falível, situado e sujeito à controvérsia*”⁹.

O grande mérito de Popper foi ter quebrado o mito da infalibilidade da racionalidade técnica, a redução da filosofia a um sistema claro, dogmático, fundamentado numa idéia exterior a ele. Em sua crítica à racionalidade cartesiana, deve ser reconhecido por ter defendido a importância de uma racionalidade prática, “humanizando” o conceito de ciência. Mas seu equívoco foi querer estender essa racionalidade a todas as áreas do saber. Seu engano deveu-se ao fato de não ter compreendido a Filosofia de Aristóteles, para quem, há diferentes racionalidades “adequadas” aos diferentes campos do conhecimento humano e para quem, não faz sentido propor a racionalidade argumentativa para o campo da matemática.

As reflexões mais recentes sobre a linguagem tendem a sublinhar que o instrumento da comunicação tem a capacidade de absorver mais funções que a puramente lógica. Parte do movimento analítico de Oxford e Cambridge, libertando-se da orientação científica que caracterizava a pesquisa lógica de alguns neo-positivistas, reconheceu a presença da racionalidade em todas as manifestações da experiência humana. Para tanto, dever-se-ia aceitar o caráter histórico, segundo o qual o pensamento pode se desenvolver. Tal tarefa foi empreendida por Perelman que, na perspectiva dessa nova orientação, procurou ver na atividade da razão não apenas a construção de uma série coerente e rigorosa de deduções formais, mas viu na racionalidade retórica a disposição para se deliberar sobre questões controvertidas e a atitude de “persuadir acerca da validade da escolha acabada”. Descobriu a atualidade da retórica para a filosofia. Deu-se conta que a filosofia vive do diálogo, da polêmica. Percebeu que dificilmente temos uma situação ideal, cartesiana, onde se poderia deduzir como queria Leibniz com seu “*calculus ratiocinator*”.

II. A concepção de racionalidade em Aristóteles

Pensamos que Aristóteles evitou esse equívoco, apresentando um conceito mais amplo de racionalidade. Eis porque “revisatamos” seu pensamento.

⁹ KARL RAIMUND POPPER, *La logique de la découverte scientifique*. Trad. de l'anglais par N. Thyssen, Rutten et Ph. Devaux, Paris: Payot, 1973, ap. C PERELMAN, *op. cit.*, 174 e 175.

2.1. Visão geral da racionalidade em Aristóteles¹⁰

“a exatidão matemática não se deve exigir em todos os casos” (Met., 995a, 14-16).

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles recomenda que cada ciência elabore o conhecimento de modo consoante ao objeto que lhe é próprio. Nela, afirma-se a necessidade de esforçar-nos *“por determinar, ainda que em linhas gerais, apenas o que seja ele”*¹¹. Toda discussão, pesquisa, *“será adequada se tiver tanta clareza quanto comporta o assunto, pois não se deve exigir a precisão em todos os raciocínios por igual”*¹². Há mais de uma racionalidade em Aristóteles, pois há mais de um campo do conhecimento. O que a ciência política investiga (ações belas e justas) admite uma grande variedade de concepções e *“flutuações de opinião”*¹³. Ora, de tais premissas só podemos obter conclusões do mesmo caráter. Nesse caso, a verdade só poderá ser indicada em linhas gerais. Na ciência apodítica as premissas são verdadeiras, exatas, e as conclusões têm o mesmo caráter.

Höffe afirma que falamos *“adequadamente”* quando conseguimos a clareza correspondente à *“matéria subjacente”*¹⁴. Aristóteles vê o fim do conhecimento e do discurso numa relação: na correspondência entre forma e matéria subjacente. A coisa sabida não é um objeto em si, independente do sujeito que este, posteriormente, torna consciente. Aristóteles rejeita as representações objetivantes do pensar, compreendendo o pensar como mediatização entre forma e matéria, para quem os conceitos são de relação e reflexão. No tratado das *Categorias*, Aristóteles apresenta o conceito de Ciência como relação, em que os dois momentos se exigem reciprocamente. *O saber já sempre é saber de algo; o sabido já sempre é objeto dum saber*¹⁵.

Não queremos fazer uma apologia do relativismo que minimiza a importância da verdade e sua procura no mundo filosófico, mas afir-

¹⁰ Conforme Enrico Berti, nos inícios dos anos 60 os estudiosos descobriram e começaram a aprofundar as várias racionalidades desenvolvidas por Aristóteles, além da lógica dedutiva que até então o caricaturizava. Chaïm Perelman, insatisfeito com formalismo lógico, divisou na Retórica de Aristóteles *“la logica del discorso non formalizzabile, cioè etico, politico e giuridico, che è poi il discorso concernente la vita degli uomini”* que formulou na sua *“Teoria da Argumentação”* e ficou conhecida como a *“Nova Retórica”*. ENRICO BERTI, *Le ragioni di Aristotele*. Roma: Laterza, 1989, XI e XIV. Numa outra perspectiva de leitura e nova compreensão de Aristóteles situam-se Jean Marie Le Blond, Ingemar Düring, sir David Ross, Pierre Aubenque, Hans Georg Gadamer e atualmente Enrico Berti.

¹¹ *Ét. Nic.*, I, 2, 1094a 25 ss.

¹² *Ét. Nic.*, I, 2, 1094b 12-14.

¹³ *Ét. Nic.*, I, 3, 1094b 15.

¹⁴ OTFRIED HÖFFE, *Praktische Philosophie — Das Modell des Aristoteles*. München und Salzburg: Anton Pustet, 1971.

¹⁵ E. RABUSKE, Seminário sobre Teoria do Conhecimento e da Linguagem: *A epistemologia na Ética a Nicômaco*, PUCRS: Curso de Pós-Graduação em Filosofia, 2º Sem., 1991. Ver O. HÖFFE, *op. cit.*

mamos que, seguindo Aristóteles, “*é próprio do homem culto buscar a precisão, em cada gênero de coisas, apenas na medida em que a admite a natureza do assunto*”¹⁶. Esta afirmação indica a oposição entre demonstração e retórica e afirma a existência de uma racionalidade onde não há matéria de um saber demonstrativo. Seria insensato, por exemplo, exigir um raciocínio provável de um matemático e provas científicas de um retórico¹⁷.

Afirmar que “*a exatidão matemática não se deve exigir em todos os casos*”¹⁸ significa superar a concepção platônica segundo a qual a dialética e a retórica deveriam ser científicas. Aristóteles critica Platão, diferenciando a exatidão matemática da exatidão retórica. Não apresenta esta depreciativamente, mas distingue três espécies de ciências: 1º) *Teoréticas (contemplativas): Física* (“ontologia”): que estuda os seres móveis e separados; *Matemática*: que estuda os seres imóveis e não separados; *Filosofia Primeira ou Teologia*: que estuda os seres imóveis e separados. No conjunto dessas ciências, situam-se os conhecimentos científicos que, para Aristóteles, são de dois tipos: analítico (apodítico) e dialético. 2º) *Práticas (Ética e Política)* que estudam a ação humana; 3º) *Poiéticas (Arte Retórica, Poética, Arquitetura)* que se referem à produção humana de coisas úteis e belas.

Berti procurou descrever as formas de racionalidade desenvolvidas por Aristóteles, afirmando que há “*muitos modos de ser racional, ou de fazer discursos racionais, nem todos redutíveis ao ‘cálculo lógico’, ou aos métodos científicos, exatos, naturais ou ‘humanos’*”. Nem todos estão dotados do mesmo grau de rigor, de conclusividade e constringência (necessidade), mas todos são válidos, universalizáveis e comunicáveis, mesmo não sendo rigorosamente lógico-matemáticos¹⁹.

Vejamos os dois conhecimentos considerados científicos por Aristóteles:

2.1. O conhecimento apodítico (analítico)

A ciência apodítica é o conhecimento em que conhecemos a causa pela qual algo é, “*quando sabemos que essa causa é a causa de algo, e*

¹⁶ Conforme os diferentes contextos, “precisão”, “exatidão”, pode significar várias coisas. Segundo uma concepção unívoca de “exato”, a Ética é menos rigorosa do que a Matemática. Mas a exatidão é um conceito análogo. No artesanato trabalhar, exatamente um material é esgotar as suas possibilidades, que são diferentes na argila, na madeira, no mármore, no ouro. HÖFFE, *op. cit.*, 7. Ver *Ét. Nic.*, I, 3, 1094b 24 e ss.

¹⁷ *Ét., Nic.*, I, 3, 1094b 27.

¹⁸ *Met.*, II, 3, 995a, 15.

¹⁹ “sono molti modi di essere razionali, o di fare discorsi razionali, no tutti riducibili al ‘calcolo logico’, o ai metodi delle scienze, esatte, naturali od ‘umane’ né tutti dotatidello stesso grado di rigore, cioè di stringenza, di conclusività, eppure tutti ugualmente validi, cioè universalizzabili, comunicabili, controllabili”. E. BERTI, *R. A.*, XV.

quando, além disso, não é possível que esse algo seja outro que não este”. São duas as características da ciência: 1ª) conhecer a causa de um fato; 2ª) dadas certas premissas, decorre delas uma conclusão necessária. A ciência, conhecendo o “que” e o “por quê”, o *dióti*²⁰, tem por característica a universalidade e a necessidade, diferindo da opinião que não possui aceitação universal nem necessária²¹.

O conhecimento das causas e necessidades²² caracteriza a ciência apodítica, constituindo a demonstração (*apódeixis*), formando o silogismo científico. Este supõe uma necessidade formal, própria desta forma de raciocinar. Existe silogismo quando as premissas são “verdadeiras, primeiras, imediatas, mais notáveis, anteriores e causas da conclusão”²³. A premissa que contiver esses elementos é designada como “*principium proprium*”, necessário para que haja ciência. Como instrumento do conhecimento científico, a demonstração supõe a “*eliminação de toda hipótese, de todo postulado que não fosse suposto e ela implica a relação a alguma verdade primeira e necessária*”. A derivação deve ser rigorosa e necessitam-se princípios fixos, rígidos, como p. ex., “a unidade é o quantitativamente indivisível”. Tais princípios, próprios e necessários para cada ciência, podem ser “definições” que dizem a essência da coisa ou podem ser pressuposições que dizem a existência da coisa²⁴.

Há proposições comuns a algumas ciências como, por exemplo, nas ciências matemáticas, “*subtraindo iguais de iguais se obtém iguais*”. Há princípios comuns a todas as ciências, como é o caso do Princípio da Não Contradição: “*é impossível simultaneamente afirmar e negar um mesmo predicado de um mesmo sujeito*”; e o Princípio do Terceiro Excluído “*é necessário ou afirmar ou negar um certo predicado de um certo sujeito*”²⁵. Essas, mais que premissas, são regras gerais às quais devemos nos ater para obter exatidão demonstrativa.

Normalmente, pensamos que possuímos ciência de qualquer objeto, em oposição ao saber accidental, se conhecemos a causa em virtude da

²⁰ J. M. LE BLOND, *op. cit.*, 93. Ver *An. Post.*, I, 11, 13.

²¹ *An. Post.*, I, 2 71b 9-12. Aristóteles é considerado o primeiro teórico da ciência apodítica, ou seja, demonstrativa, como vemos em *An. Post.* Um exemplo de conhecimento de coisas que existem para sempre: “o nexos existente entre o triângulo e a propriedade de ter sempre a soma interna dos ângulos igual a dois ângulos retos”. E. BERTI, R. A., 4. Ver: *An. Post.*, I, 33, 88b, 30.

²² Para Le Blond: “cette nécessité revêt deux formes: d'une part nécessité dérivée de la conclusion rattachée au point de départ par un raisonnement rigoureux, d'autre part, nécessité originaire immédiate du point de départ lui-même: ces deux nécessités sont impliquées dans la notion même de démonstration, d'apódeixis”. J. M. LE BLOND, *Logique et Méthode chez Aristote*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1939, 58.

²³ E. BERTI, R. A., 5. Ver *An. Post.*, I, 2 71b 19 — 72a 5.

²⁴ J. M. LE BLOND, *op. cit.*, 58. O exemplo está em *An. Post.*, I, 2 72a 14-24.

²⁵ *An. Post.*, I, 11, 77a 30-31; *Met.*, IV, 3 1005b 20.

qual uma coisa é, e se esta causa não pode ser outra que esta. A ciência demonstrativa parte de premissas verdadeiras e imediatas, mais conhecidas que a conclusão, anteriores a esta e causa desta. Tais premissas são aptas a conduzir a uma conclusão cientificamente demonstrada²⁶.

A ciência caracteriza-se por sua necessidade na qual há um raciocínio rigoroso que não pede adesão de um interlocutor, como acontece no raciocínio dialético-retórico²⁷. Na Lógica (especialmente nos *Analíticos*) a teoria da ciência é apresentada fundamentalmente como o

*“que vai do certo ao certo, que é fundado sobre um pequeno número de princípios apreendidos numa intuição infalível e analisados nos silogismos rigorosos: teoria de uma ciência acabada, e não de um saber em devir”*²⁸.

Aristóteles teorizou-a e contribuiu para desenvolvê-la. Mas, percebendo seus limites, procurou explicitar e desenvolver outra racionalidade, ou seja, a dialético-retórica. É de fundamental importância termos consciência disso, pois assim superamos a visão deturpada que se tem de um Aristóteles lógico ou que tenha terminado seus dias defendendo uma filosofia prática.

É importante termos consciência do conceito de racionalidade apodítica desenvolvido por Aristóteles, pois é nele que se fundamentam atualmente algumas correntes da Filosofia da Linguagem. As filosofias analíticas atuais, influenciadas por Descartes e Newton, declaram abertamente que não conhecem outra razão além do cálculo matemático. Pensamos que não é a racionalidade apodítica a melhor forma racional para compreendermos e respondermos filosoficamente às perguntas kantianas que sintetizam as grandes questões filosóficas que inquietam o ser humano: “1) O que posso saber? 2) O que devo fazer? 3) O que me é permitido esperar? 4) O que é homem?”²⁹.

²⁶ A ciência é assegurada pela demonstração: “Par démonstration, j’entends le syllogisme scientifique, et par syllogisme scientifique, j’entends celui qui nous met, par son seul fait, en possession de la science”. J. M. LE BOND, *op. cit.*, 74.

²⁷ “La science est donc caractérisée par la nécessité, non seulement d’un raisonnement de forme rigoureuse, indépendant des concessions de l’adversaire ou de l’agilité d’esprit de l’argumentateur, mais surtout d’un raisonnement objectif, qui ne fait qu’imiter les syllogismes de la nature — raisonnement d’une nécessité absolue, parce que cette nécessité consiste, en dernière analyse, dans l’identité de toute chose avec elle même”, *Ibidem*, 105.

²⁸ J. M. LE BOND, *op. cit.*, 187.

²⁹ “1) Was kann ich wissen? 2) Was soll ich tun? 3) Was darf ich hoffen? 4) Was ist der Mensch? Die erste Frage beantwortet die Metaphysik, die zweite die Moral, die dritte die Religion und die vierte die Anthropologie. Im Grunde könnte man aber alles dieses zur Anthropologie rechnen, weil sich die drei ersten Fragen auf die letzte beziehen”, IMMANUEL KANT, *Schriften zur Metaphysik und Logik* 2, 4. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982, Band VI, 447-448.

2.2. O conhecimento científico dialético-retórico

2.2.1. O conhecimento “científico” dialético

Explicitaremos essa racionalidade de modo detalhado uma vez que, por meio dela, poderemos compreender melhor a racionalidade retórica enquanto antístrofe daquela. No exórdio dos *Tópicos*, Aristóteles apresenta uma forma de racionalidade (conhecimento científico) chamada dialética:

*“a pragmática (enquanto o exercício, a prática) deste tratado é a invenção de um método que nos ensine a argumentar acerca de todas as questões propostas, partindo de premissas prováveis e a evitar, quando defendermos um argumento, dizer seja o que for que lhe seja contrário”*³⁰.

Em termos etimológicos, “dialética” provém de *diálégesthai*; dialogar, no sentido de discutir, com intervenção de ambas as partes. Refere-se a um diálogo onde uma pessoa sustenta uma tese e outra a contesta, ao passo que a ciência apodítica se apresenta como um monólogo, um ensinamento³¹.

Na demonstração, os princípios usados são verdadeiros, nos raciocínios dialéticos são proposições verossímeis, dóxicas. Essa distinção mostra a ruptura de Aristóteles com a escola sofística, marcando uma nova consciência do que é a Verdade³². A verdade já não pode mais ser reduzida à adequação das Idéias à realidade. Aristóteles distinguiu níveis de verdade, ao passo que Platão criou a esquizofrenia filosófica, separando o domínio da opinião do da verdade e considerando apenas este último como filosófico.

Em Aristóteles, a dialética por um lado, é uma disciplina oposta à racionalidade apodítica e, por outro, está ligada a ela, pois “*prepara-a e completa-a*”³³, no sentido de torná-la mais explícita. Por essa razão, Pierre Aubenque afirmou que “*a dialética não se opõe à ciência, mas é como que a matriz de onde a ciência separou-se por um processo de especialização*”³⁴.

³⁰ *An. Post.*, I, 1, 100 a 18-21. Ver os oito livros dos *Tópicos* e o livro dos *Elencos Sofísticos*. Aristóteles muito se orgulhava de ter sido o primeiro a escrever um “tratado” sobre a dialética. *Tóp.*, VIII, 1, 155b 7-10.

³¹ E. BERTI, R. A., 19.

³² LE BLOND, *op. cit.*, 5. Ver *An. Ant.*, II, 16 65a 35; *Tóp.*, A 1 100a, 27.

³³ “Aristote, a-t-on dit, ne dédaignait rien: il tenait la dialectique en haute estime et il s'en est beaucoup servi dans ses recherches scientifiques”, CHARLES THUROT. *Études sur Aristote*, Paris: Durand, 1869, 129-130, ap., J. M. LE BLOND, *op. cit.*, 6 e 8.

³⁴ “La dialectique chez Aristote”, in BERTI, (ed.) *L'attualità della problematica aristotelica*, Padua, 1970, 16, ap. ARISTÓTELES, *Arte Retórica*. Introdução, tradução, e notas por Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1990, 175-6.

As *éndoxa* são premissas, ou seja, “as opiniões, mais relevantes, importantes, às quais se deve em qualquer caso dar crédito e das quais não podemos nos afastar”. O fato de partir das probabilidades não significa contentar-se com um grau de verdade inferior ao da ciência ou renúncia à busca da verdade, mas procurar o consenso que lhe é indispensável³⁵, que também pode ser um indicador de verdade.

O objeto próprio da dialética é o provável (*éndoxon*), isto é, o que é “admitido por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios e, entre estes últimos, pelos mais notáveis e pelos mais ilustres”³⁶. Seu domínio é o das opiniões, do provável, procedendo a partir disto, ao passo que o da ciência é o verdadeiro, o exato no sentido matemático, o necessário.

O silogismo científico difere do dialético, essencialmente, por sua matéria e forma. O primeiro caracteriza-se por sua necessidade e o segundo por sua persuasão. O primeiro é demonstrativo, dedutivo. Nesse sentido, a dialética não é silogística, pois se caracteriza como indutiva, mais próxima da sensação. Aristóteles define a indução como o caminho, procedendo dos particulares ao universal, onde o particular é mais próximo da sensação, do que é mais conhecido para nós, ao passo que o universal é o mais intelectual, o mais inteligível em si³⁷.

A forma da dialética apresenta, pois, dois aspectos e duas tendências: 1ª) enquanto método crítico de proposições e exame da linguagem é essencialmente formal, bastante independente dos objetos; 2ª) enquanto procedimento indutivo, examina semelhanças e diferenças, denota uma busca mais real, que “ultrapassa a linguagem para chegar às coisas mesmas”³⁸.

A dialética não é o conhecimento propriamente dito, mas o meio, a via, o método para chegar mais próximo ao *nous*. Por isso, Aristóteles apresenta a lógica não como fim em si mesma, mas como método, como propedêutica à filosofia. Numa perspectiva rígida, lógica, platônica, analítico-matemática, exclui-se a reflexão sobre a intencionalidade humana. Ora, tanto o uso da dialética quanto o da retórica, consiste em defender uma racionalidade que se atém a uma característica própria do ser humano que é sua intencionalidade. Esta

³⁵ “ma si cura solo della discussione, cioè della confutazione, e quindi del consenso che a questa è indispensabile”. E. BERTI, R. A., 25.

³⁶ *Tóp.*, I, 1, 100b, 21.

³⁷ “Quanto à indução, é a passagem dos particulares ao universal. A indução é um método mais convincente e mais claro, mais conhecível mediante a sensação e, por conseguinte, acessível ao vulgo; mas o silogismo é mais forte e mais eficaz para enfrentar os antilógicos (contraditores)”. *Tóp.*, I 12 105a, 17.

³⁸ J. M. LE BLOND, *op. cit.*, 41-42.

é a razão porque, na Ética, Aristóteles reflete sobre a *proaíresis*: delibera-se sobre um fim; intencionalmente elege-se um bem a ser concretizado.

A análise filosófica não pode ignorar os “estados de alma” que estão presentes no ato de nomear as coisas. Não basta examinar apenas os nomes na perspectiva de distinguir o verdadeiro do falso e esquecendo a coisa que subjaz ao nome. Na expressão de Aristóteles, não devemos acreditar que “*o que se passa com os nomes se passa também com as coisas*”. O símbolo, em Aristóteles, não ocupa “*pura e simplesmente, o lugar da coisa...*”. Contudo, ele, a ela, nos remete e a significa³⁹.

A vocação do dialético seria a de “*mover-se no seio das considerações comuns*”⁴⁰. A racionalidade dialética, sua forma e conteúdo, não

*“recusa as opiniões, quer apresentar as razões da multiplicidade dos discursos, reconduzir a necessidade da filosofia a uma medida humana e reconhecer, por meio da ciência, o destino do homem e das suas cidades — a história”*⁴¹.

2.2.2. A racionalidade retórica em Aristóteles

“Nossa discussão será adequada se tiver tanta clareza quanto comporta o assunto, pois não se deve exigir a precisão em todos os raciocínios por igual, assim como não se deve buscá-la nos produtos de todas as artes mecânicas.(...) Evidentemente, não seria menos insensato aceitar um raciocínio provável da parte de um matemático do que exigir provas científicas de um retórico” (Ét. Nic., I 3 1094b 12-29).

O método e conteúdo da retórica refere-se às provas por persuasão, que é uma espécie de demonstração (*Ret.* 1355a 5). A demonstração retórica, seu método, constitui-se dos *entimemas* ou *silogismo retórico*. Em *An. Pri.*, II 27 e *An. Pos.*, I 1 e *Ret.*, 57a 23 ss, ele é definido como “um silogismo que parte de probabilidades e signos”.

Para Aristóteles o “entimema se vincula, cada vez mais, a um modo de inferência especial, que se baseia em premissas só ‘prováveis’”. O esquema desse silogismo (cf. *An. Pri.*, II 27, 70 a 10-b 30) é:

³⁹ *El. Sof.*, I, 165a 10 ss. Ver PIERRE AUBENQUE, *El problema del ser en Aristóteles*, Madrid: Taurus Humanidades, 1987, 106.

⁴⁰ PIERRE AUBENQUE, *op. cit.*, 249.

⁴¹ LÍVIO SICHIROLLO, *Dialética*, Lisboa: Presença, 1980, 83.

B está em regra para A
C é B
C é verossimilmente A.

Ou seja, o entimema de 1ª figura é irrefutável uma vez que a mais alta probabilidade coincide com a necessidade:

A mulher que tem leite deu à luz
Esta mulher tem leite
Esta mulher deu à luz⁴².

Hoje, sabemos que é refutável, uma vez que uma mulher pode “dar leite” motivada por uma necessidade “fisiológica” ou por elementos psíquicos. Ou seja, embora tal entimema pareça “verdadeiro”, é apenas verossímil e, contudo, não deixa de possuir sentido.

O conceito de probabilidade é complexo em Aristóteles. No *Órganon*, *provável* (*eikós*) é apresentado como o que se refere ao que sucede “a maioria das vezes”, enquanto que coincide com uma opinião geralmente admitida ou ‘*plausível*’ (*éndoxos*). Em *Tóp.*, I 1 104a 8-9, “*é provável o que assim parece, seja a todos os homens, seja à maioria, seja aos mais sábios*”. Em *An. Pr.*, II 27, 70 a 3-4, “*o provável é uma premissa ‘plausível’(éndoxon); pois o que se sabe que ocorre ou não na maioria das vezes, o que é ou não é, isso é uma probabilidade*”. Nesse sentido, “*o plausível é, com efeito, o que confere validade epistemológica aos enunciados de probabilidade, ao interpretá-los como enunciados dialéticos ‘verossímeis’*”⁴³.

A retórica é considerada como antístrofe da dialética⁴⁴. Para Thurot, todos empregam a retórica e a dialética no dia-a-dia: “*...sempre que atacamos ou defendemos uma opinião, fazemos dialética; sempre que acusamos ou nos defendemos e sempre que damos um conselho, que censuramos ou louvamos, fazemos retórica*”⁴⁵.

Enquanto o ensinamento e a demonstração científicas são extraídas das verdades necessárias e que se impõem em todo lugar, as

⁴² ARISTÓTELES, *Arte Retórica*, 167, n. 16.

⁴³ *Ibidem*, 185, n. 58.

⁴⁴ A metáfora da *antístrofe* é proveniente da estrutura da tragédia que compreende os termos *strophé*, que designa a evolução do coro “em volta do altar, de ida para o lado direito” e *antístrophe*, que designa a evolução “de volta, para o lado esquerdo”. M. DA G. KURY, *Os Persas; Electra; Hécuba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, 15. *Rhét.*, 1354a 1. Dufour traduziu essa relação por análoga. A aplicação da metáfora *antistrophos* foi estudada por R. PRICE, *Some antistrophes to the Rhetoric*, *Philos. Rhet.* 1 (1968): 145-164.

⁴⁵ CHARLES THUROT, *Études sur Aristote*, Paris, 1860, ap. J. VOILQUIN, J. CAPELLE, *op. cit.*, 13.

“demonstrações” dialéticas e retóricas fundamentam-se em verdades da opinião aceitas pela maior parte das pessoas e o mais freqüentemente. *Verdade* para a ciência, *probabilidade* para as duas artes conjuntas, que não se movem no domínio do necessário, mas do *provável e verossímil*⁴⁶.

Ambas não se aplicam a um objeto determinado, mas se aplicam a todas as matérias, diferindo da racionalidade apodítica que possui matéria própria. São *métodos propriamente* ditos, não sendo determinados por nenhuma matéria ou fim específicos. Seu objeto consiste em selecionar e justificar enunciados prováveis com o objetivo de constituir raciocínios sobre assuntos que não podem ser tratados de modo científico⁴⁷.

A Retórica é útil porque permite evitar que uma coisa reprovável, por exemplo, uma causa injusta, seja vitoriosa num discurso. A Retórica e a Dialética são úteis para operar nos campos que não comportam necessidades e carecem de interpretação a fim de alargar os horizontes de sua compreensão como, por exemplo, o campo da ética. No âmbito da compreensão-interpretação, uma tese pode ser mais ou menos válida que outra, mas não mais verdadeira ou falsa que outra. A ambigüidade retórica é típica das “*potências racionais*” que são, todas, referidas a contrários⁴⁸.

Desenvolvem a capacidade de se relacionarem racionalmente, na perspectiva de resolver seus problemas pela razão persuasiva, não tecnicamente por “uma qualidade total” ou pela força física. A tarefa precípua da retórica consiste em subverter a ordem injusta dos valores, exercendo uma ação corretiva sobre a deturpação dos valores humano-comunitários. Concebida como lógica da decisão, a Retórica transforma-se em *órganon* obrigatório para todo projeto de racionalização da vida pública. Trata-se de levar ao plano do convencimento, ao da validade comum “*em questões civis*”⁴⁹, os motivos pelos quais os homens se movem na ausência de verdades universais e indiscutíveis.

⁴⁶ M. DUFOUR, *Rhét.*, T. 1, 34.

⁴⁷ WOLFGANG WIELAND, Aristoteles als Rhetoriker und die Exoterischen Schriften, *Rev. Hermes*, v. 86 (1958): 340.

⁴⁸ “La retorica e la dialettica sanno portare a ciò che è massimo, il massimo del bene e del male la prima, il massimo della conoscenza, cioè i principi, la seconda. L’ambiguità della retorica, del resto, è tipica di tutte le ‘potenze razionali’, che sono tutte potenze dei contrari, tra le quali rientrano le arti e le scienze, per esempio la medicina, che sa guarire, ma sa anche avvelenare (cf. *Met.*, IX, 2), il che costituisce un’ulteriore analogia di struttura tra la retorica e la scienza in genere”. E. BERTI, R. A., 169.

⁴⁹ “in quaestionibus civilibus”. Juízo de Aristón transmitido por QUINT., *Inst. Orat.*, II, 15, ap. ARISTÓTELES. *Arte Retórica*, 132.

III. A lógica do verossímil como linguagem que possibilita compreender e articular a verdade hermeneuticamente

Estamos diante de duas tendências, duas “lógicas” filosóficas que terminaram por configurar “*duas ilhas separadas e incomunicáveis*” na Filosofia: a ilha do verdadeiro (que tem como base o movimento analítico-linguístico, vienense e oxfordiano) e o território do verossímil.

Não se trata de abandonarmos o mundo dos conceitos analítico-formais, mas de complementá-los com o mundo-da-vida (*Lebenswelt*), onde a intencionalidade humana se manifesta e nunca poderá ser apreendida em um conceito unívoco.

Pelo *Tratado da Argumentação*, Perelman lançou as bases de uma “Nova Retórica”, opondo-se ao racionalismo ocidental, absoluto e monopolizador e recuperando o valor da racionalidade retórica. Nela, encontrou base para raciocinar de modo “adequado” sobre as diferentes atividades humanas⁵⁰.

3.1. Lógica e Retórica

A argumentação retórica é obrigada a utilizar conceitos não precisos e freqüentemente possuindo vários significados. Nesse sentido, ela corre o perigo de cometer equívocos, de induzir a enganos. Ao analisarmos a realidade, vemos que não podemos eliminar a variedade dos significados dos conceitos em filosofia. Perelman afirma que:

*“em alguns aspectos da vida, a falta de precisão dos conceitos é uma condição indispensável para poder servir-se deles, e ainda a análise mais exata dos conceitos não é capaz de reduzir o pensamento humano aos elementos exclusivamente bem precisados”*⁵¹.

Na lógica, a argumentação é necessária, ao passo que a retórica não, por se desenvolver no interior de um sistema no qual as premissas e regras de “*dedução são unívocas e fixadas de maneira invariável*”⁵².

⁵⁰ R. BARILLI, *op. cit.*, 137. Perguntava-se em seu livro *O Império da Retórica* “acaso não existe uma lógica dos juízos de valor? E, se não existir, como constituí-la?”, A. PLEBE, P. EMANUELE, *op. cit.*, 121.

⁵¹ *Ibidem*, 430.

⁵² C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *R. P.*, 26.

A contradição é excluída da racionalidade apodítica. Na retórica, ela é trabalhada e deve ser compreendida no sentido ontológico*. Isso porque a realidade é contraditória, embora não devesse ser. O exercício da racionalidade retórica considera essa realidade e sobre ela se debruça ao filosofar.

Uma vez demonstrada uma proposição, em lógica, a argumentação “forte” (dedutiva) se torna necessária e as demais provas são consideradas supérfluas. O problema grave que encontramos na retórica é a amplitude de sua argumentação. Até onde nós podemos nos estender a argumentar? Outro perigo, em que não incorre a lógica, é a possibilidade de fazer mau uso dos argumentos, pela ignorância ou imperícia do orador ou do auditório.

3.2. Pressupostos antropológicos e epistemológicos da Arte Retórica, enquanto elementos constitutivos da hermenêutica

Um dos problemas decorrentes da ênfase dada à dimensão lógica da filosofia foi a redução da razão ao aspecto apodítico, dedutivo. Mas, onde não podemos solucionar os problemas pela aplicação da dedução lógica, devemos nos abandonar às forças irracionais, a nossos instintos, à violência? Pascal procurou mostrar os limites do método geométrico, opondo “*a vontade ao entendimento, o espírito de fineza ao espírito geométrico, o coração à razão, e a arte de persuadir à arte de convencer*”⁵³. Nosso trabalho não é de ratificar simplesmente essa oposição, absolutizando um aspecto da racionalidade, mas ressaltar as peculiaridades e a importância de ambas enquanto complementares.

O perigo que corre a reflexão retórica, bem como a atividade hermenêutica, é de reduzir a filosofia de cunho prático a um mero probabilismo ou relativismo. Podemos afirmar que Aristóteles evitou esse risco ao lembrarmos seus pressupostos antropológico-epistemológicos: 1) O homem é um ser racional, dotado da capacidade de raciocinar e agir conforme a razão. Não deveria agir conforme seus instintos simplesmente; 2) Em princípio, a retórica não é um exercício de engano e demagogia. Tanto Aristóteles quanto Platão procuravam pô-la a serviço da manifestação e concretização do bem na cidade. Tocando o sentimento e o intelecto dos homens, tenta-se persuadi-los acerca do bem; 3) A retórica é útil porque “*a verdade e a justiça são mais fortes que seus contrários*” (*Rhét.*, 1355a 20-23). É um pressuposto que corresponde à ideia de Descartes para quem “*a faculdade de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina*

* Cf. proposta de CARLOS CIRNE-LIMA, *Sobre a contradição*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

⁵³ C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *N. R.* 412-413.

*bom senso ou razão, é igual, por natureza, em todos os homens*⁵⁴; 4) Outro pressuposto é a *isegoria*. Todos têm o mesmo direito ao uso da palavra em público; 5) Pela Retórica, Aristóteles queria a concretização da justiça, pois discutir sobre o justo e o injusto é um dos modos de se chegar à verdade e justiça; 6) A lógica é apenas uma propedêutica à ciência, não uma de suas partes constitutivas⁵⁵. Hamelin e Zeller vêem na lógica uma metodologia que deveria ser considerada como instrumento das ciências, mais que uma ciência propriamente dita; 7) A proposta de R. Barthes, em sua *Retórica Antiga* é considerar a retórica não uma arte ou ciência, mas uma “protociência”. Ela seria uma ciência preliminar às ciências humanas. Preliminar à

*“filosofia, porque lhe prepara o material das categorias; preliminar à lógica, porque estuda as formas mais gerais de raciocínio, de que as rigorosas formas da lógica constituem uma parte”*⁵⁶.

Ora, esse a priori é essencialmente aristotélico; 8) Aristóteles considera a vida como âmbito aberto e em transformação e qualquer ciência sobre a mesma deve ter um caráter dinâmico, probabilístico; 9) A retórica não pode prender-se às formas particulares tanto do pensamento quanto do estilo; 10) Outro pressuposto epistemológico é de que a Retórica não é uma arte acabada. Tem apenas a pretensão da universalidade ao argumentar. Se atingisse a universalidade deixaria de ser arte para se tornar ciência⁵⁷. Enfim, um dos principais pressupostos é que não se pode exigir a precisão matemática em todos os assuntos(*Met.*, 995a 15).

Conclusão

Ao ter valorizado a retórica, Aristóteles tentou pôr fim ao antagonismo entre o verdadeiro e o verossímil, entre *epistème* e *dóxa*. O primeiro é o “universal absoluto”, o segundo é com “*relação a alguma coisa*”⁵⁸. Por esse motivo, sua Filosofia da Linguagem explicitada na *Arte Retórica*

⁵⁴ RENÉ DESCARTES, *Discurso do método*, ap. J. VOILQUIN, J. CAPELLE, *op. cit.*, 20

⁵⁵ “Quoi qu’il en soit, il est certain qu’Aristote a développé une opinion plus personnelle sur le rôle de la logique et qu’il a considéré celle-ci comme une propédeutique indispensable à la science, non comme une de ses parties constitutives. Mais, dans les siècles immédiatement postérieurs, c’est la conception platonicienne qui rencontre la faveur des philosophes. Platoniciens et Stoïciens divisent la philosophie en trois parties, physique, éthique et dialectique ou logique, cette dernière partie empiétant, bien entendu, sur le domaine de ce qu’Aristote appelait philosophie première”. PAUL MORAUX, *Les listes anciennes des ouvrages d’Aristote*, Louvain: Éditions Universitaires de Louvain, 1951, 176.

⁵⁶ A. PLEBE, P. EMANUELE, *op. cit.*, 7.

⁵⁷ “Mais ce que nous pouvons exiger d’une argumentation rationnelle, c’est qu’elle ait des prétentions à l’universalité”. C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *R. P.*, 119.

⁵⁸ A. PLEBE, P. EMANUELE, *op. cit.*, 28.

não é “pura”, “lógica”, mas prática hermenêutica apropriada aos assuntos humanos. O homem que vive em sociedade e discute com seus semelhantes sabe que o mais das vezes não se usam provas demonstrativas para resolver seus problemas. Uma grande parte das provas utilizadas em moral, direito, filosofia e debates políticos não pode ser considerada de modo lógico em *stricto sensu*⁵⁹.

Somente a racionalidade retórica permite a compreensão do princípio da responsabilidade, por exemplo. Em lógica formal, ele é excluído a priori, pois os argumentos são demonstráveis ou não. Já os empregados em retórica influenciam o pensamento e por isso se referem ao princípio mencionado. O pensador se torna um criador capaz de ponderar, escolher e decidir seu destino.

A racionalidade retórico-hermenêutica é relevante “para a teoria da ciência enquanto que, com suas reflexões, descobre também dentro da ciência condições de verdade que não estão na lógica da investigação senão que a precedem”⁶⁰. É nesse sentido que o objeto das investigações científicas não se apresenta dado como evidente e sempre idêntico. A concepção ingênua da objetividade em que as coisas se abrem independentemente de nós deve ser substituída por uma objetividade mediada pelo sujeito.

Concluimos nossa reflexão afirmando com Gadamer, “ainda se coloca, com crescente urgência, a tarefa de conduzir o homem, novamente à autocompreensão de si mesmo. Para isto serve, desde a antiguidade, a filosofia, também sob a forma do que chamo hermenêutica. Unicamente o autoconhecimento pode salvar a liberdade que está, não somente ameaçada pelos respectivos governantes, mas também pela dominação e pela dependência que surge de tudo aquilo que acreditamos”⁶¹.

Enfim, estamos, à semelhança de Édipo, diante da Esfinge, à entrada de Tebas. Em nossas mãos, carregamos a tarefa de “decifrarmos” (“mostarmos”) quem é “o ser que anda de manhã com quatro patas, ao meio-dia com duas e, à tarde, com três e que, contrariamente à lei geral, é mais fraco quando tem maior número de membros?” ou sermos devorados por uma racionalidade que considera o mesmo ser desvinculado do próprio conhecimento, escravo de suas produções.

Endereço do Autor:

Rua Felipe do Santos, 77

Bloco P. Reus — Apto. 201

93020-180 São Leopoldo — RS

⁵⁹ C. PERELMAN, L. OLBRECHTS-TYTECA, *R. P.*, 49.

⁶⁰ H. G. GADAMER, *Verdad y método*, Salamanca: Sígueme, 1977, 642.

⁶¹ *Idem*, apud HABERMAS, *A razão na época da ciência*, 86-87.